



## **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS PARA UM CONSERVAR JURÍDICO INTELIGENTE**

Lucas Borges Moreira (PIBIC-CNPq), 78702240068, Jeferson Dytz Marin (Orientador(a))

O problema do presente trabalho se resume à possibilidade real do uso da Inteligência Artificial para um melhor aproveitamento do aparato jurídico brasileiro no tocante às políticas públicas de conservação do meio ambiente, particularmente nas alternativas judiciais para a proteção deste bem jurídico, ou seja, quando o dano já tiver ocorrido. Para tanto, buscou-se uma conceituação do que é Inteligência Artificial, de seu histórico e do uso da tecnologia em outras nações do globo para os fins mencionado. Apesar de ser um tema recente, diversas possibilidades se abrem no leque de alternativas protetivas, particularmente no cruzamento inteligente de dados e no decorrente auxílio prestado nos tribunais com base nas informações dos danos ocorridos, objetivando uma maior eficiência do judiciário para analisar e julgar casos de cunho ambiental. Foi utilizado o método hipotético-dedutivo, centrado na pesquisa bibliográfica transdisciplinar nas áreas do Direito, ciência da computação, biologia e estatística.

Palavras-chave: Direito Ambiental, Direito Digital, Inteligência Artificial

Apoio: UCS, UCS, CNPq